

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE SAO  
SEBASTIAO DA BELA VISTA

EXERCÍCIO DE 2019

# MENSAGEM



**MENSAGEM DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019**

A LDO está integrada a um processo que começa com o Plano Plurianual (PPA) e segue com a Lei Orçamentária Anual (LOA), de acordo com os requisitos estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse contexto, a atual estrutura da LDO permite a sua utilização como um instrumento de gestão das finanças públicas, sendo um veículo de informação sobre a origem de receitas e destinação de recursos públicos, a serem avaliados pelo Legislativo e pela sociedade em geral.

Apesar das dificuldades impostas por elementos conjunturais e estruturais do contexto nacional, os resultados das políticas do Governo já podem ser sentidos em diferentes áreas de atuação.

O Governo Municipal defende um Município que ofereça à população saúde, educação e desenvolvimento, de acordo com as prioridades democraticamente discutidas com a população. E para tanto, com relação às finanças públicas, tem trabalhado no crescimento das receitas próprias e na busca do equilíbrio financeiro, criando condições para que o Município possa se autofinanciar.

A Atual gestão vêm tentando consolidar um projeto de Governo baseado no desenvolvimento social e na melhoria da infraestrutura.

Com a democracia participativa, busca alterar o cenário em relação ao Município e a cidadania, aproximando a estrutura administrativa ao dia-a-dia da população, viabilizando sua participação na gestão pública.

Neste contexto, a proposta das diretrizes orçamentárias para 2019 aprofunda os avanços na construção de uma sociedade desenvolvida para todos os munícipes, ampliando os mecanismos que garantam a democracia participativa, a qualidade de vida da população, com melhores níveis de educação e saúde e o prosseguimento ao desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social, por meio de programas de assistência social.

Diante do exposto, Senhor Presidente, submetemos o presente projeto de lei à consideração de Vossa Excelência e nobres Edis, esperando que o mesmo venha a merecer uma acolhida favorável.

Reiteramos, na oportunidade, a Vossa Excelência e a seus Pares, os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

São Sebastião da Bela Vista, 13 de abril de 2018.

Exmo. Sr.

Vanderlan Paulino

MD. Presidente da Câmara Municipal

**PROJETO DE LEI DE  
DIRETRIZES  
ORÇAMENTÁRIAS 2019**



## PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019

Projeto de Lei nº 024, de 13 de abril de 2018.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.

O povo do município de São Sebastião da Bela Vista/MG, por seus legítimos representantes, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2019 compreendendo:

- I – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- II – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- III – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- IV – equilíbrio entre receitas e despesas;
- V – critérios e formas de limitação de empenho;
- VI – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- VIII – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- IX – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- X – definição de critérios para início de novos projetos;
- XI – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XII – incentivo à participação popular;
- XIII – as disposições gerais.

### SEÇÃO I

#### DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2019 correspondem às ações especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2018–2021, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2019 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2019 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2019 conterà demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

### SEÇÃO II

#### DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL



**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019**

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e aquelas a serem instituídas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2018/2021.

Art. 4º. O orçamento fiscal discriminará as despesas, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64 e IN do TCE/MG.

Art. 5º. O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo(s) do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária de 2019 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2018, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º. O Poder Legislativo encaminhará à Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de Agosto de 2018, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art.11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal



## PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2019, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

### Subseção III

#### Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a até 1% (Um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2019, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

## SEÇÃO III

### DA POLÍTICA DE PESSOAL E DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

#### Subseção I

##### Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2019, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.

#### Subseção II

##### Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19. Se durante o exercício de 2019 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.



## PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

### SEÇÃO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2019, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;
- IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2019.

§ 2º. No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

### SEÇÃO V

#### DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS



## PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2019 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2019 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2019 a 2021, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a – a implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;

b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

### SEÇÃO VI

#### DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2019, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais;

II – as despesas com benefícios previdenciários;

III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV – as despesas com PASEP;

V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

### SEÇÃO VII

#### DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS



**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019**

Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. A lei orçamentária de 2019 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

**SEÇÃO VIII**

**DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS**

Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitarem-se ao recebimento de subvenções sociais, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas pela lei 13.019/2014.

Art. 31. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente constituídos e signatários de contrato de gestão/rateio com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento de interesses locais observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 30 a 33 desta Seção deverão ser submetidas às normas estabelecidas na lei 13.019/2014, que regulamenta as transferências de recursos do poder público às Organizações da Sociedade



**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019**

Civil.

Art. 36. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual.

**SEÇÃO IX**

**DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO**

Art. 38. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei nº 8.666/1993.

**SEÇÃO X**

**DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.**

Art. 39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo o Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019.

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

**SEÇÃO XI**

**DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS**

Art. 40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2019 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2018-2021 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;



## PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2019, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2018.

### SEÇÃO XII

#### DA DEFINIÇÃO DAS DESPESAS CONSIDERADAS IRRELEVANTES

Art. 41. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

### SEÇÃO XIII

#### DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 42. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2019, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 43. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2019 mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

### SEÇÃO XIV

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante ato normativo:

I – remanejar, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2019, em seus créditos adicionais e, ainda, em decorrência de extinção, transformação, incorporação ou desmembramento de Unidades Orçamentárias e Entidades da Administração Direta e Indireta, bem como alterações de suas competências ou atribuições, desde que autorizadas por lei específica;

II – transpor, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2019 e em seus créditos adicionais em decorrência das mudanças de prioridades de gastos durante a execução, no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão;

III – transferir, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2019 e em seus créditos adicionais, em decorrência das mudanças de prioridades de gastos durante a execução, de uma categoria de programação para outra, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por meio de decreto para atender às necessidades de execução desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

Art. 45 - Fica o Executivo, mediante decreto, autorizado a alterar a fonte de recurso consignado no orçamento municipal de 2019, para fins de adequação do saldo orçamentário por destinação de recurso dentro da mesma categoria de programação definida no artigo 3º desta Lei.

§ 1º - As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2019 e em seus créditos adicionais, poderão ter suas



**PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019**

destinações de recursos alteradas por meio de decreto para atender às necessidades de execução desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa, mantendo a estrutura programática do crédito.

Art. 46. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

Art. 48. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.

Art. 49. Se o projeto de lei orçamentária de 2019 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2018, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – PIS-PASEP;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e

VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2019, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2019 para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 50. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- Anexo de Metas Fiscais;

- Anexo de Riscos Fiscais;

- Anexo de Metas e Prioridades da Administração.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Sebastião da Bela Vista, 13 de abril de 2018.

Augusto Hart Ferreira  
Prefeito Municipal

# ANEXO DE METAS FISCAIS



# MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

## CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS 2019

AMF - Demonstrativo 1 ( LRF, art . 4º, § 1 )

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2019			2020			2021		
	VALOR CORRENTE ( a )	VALOR CONSTANTE	% PIB *	VALOR CORRENTE ( b )	VALOR CONSTANTE	% PIB *	VALOR CORRENTE ( c )	VALOR CONSTANTE	% PIB *
Receita Total	24.500.000,00	23.503.453,57	0,00	25.000.000,00	22.841.062,75	0,00	26.000.000,00	22.841.062,75	0,00
Receitas Primárias ( I )	23.945.000,00	22.971.028,40	0,00	24.944.000,00	22.789.898,77	0,00	25.942.000,00	22.790.109,61	0,00
Despesa Total	24.500.000,00	23.503.453,57	0,00	25.000.000,00	22.841.062,75	0,00	26.000.000,00	22.841.062,75	0,00
Despesas Primárias ( II )	24.350.000,00	23.359.554,87	0,00	24.850.000,00	22.704.016,37	0,00	25.850.000,00	22.709.287,39	0,00
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	-405.000,00	-388.526,48	0,00	94.000,00	85.882,40	0,00	92.000,00	80.822,22	0,00
Resultado Nominal	698.000,00	669.608,60	0,00	-110.000,00	-100.500,68	0,00	-41.000,00	-36.018,60	0,00
Dívida Pública Consolidada	600.000,00	575.594,78	0,00	550.000,00	502.503,38	0,00	500.000,00	439.251,21	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-57.000,00	-54.681,50	0,00	-167.000,00	-152.578,30	0,00	-208.000,00	-182.728,50	0,00
Receitas Primárias advindas de PPP ( IV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP ( VI )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

\* Valor Corrente / PIB x 100

### PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - VALORES PREVISTOS ( EM REAIS )

2019	2020	2021
606.765.427.425,00	606.765.427.425,00	606.765.427.425,00

### ÍNDICES DE INFLAÇÃO -- VALORES PREVISTOS ( EM % )

2019	2020	2021
4,24	5,00	4,00



# MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR  
2019

AMF - Demonstrativo 2 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso I )

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	METAS PREVISTAS EM 2017 - ( a )	% PIB	METAS REALIZADAS EM 2017 - ( b )	% PIB	VARIÇÃO	
					( c ) = ( b - a )	% ( c / a ) * 100
Receita Total	19.500.000,00	0,00	18.597.795,32	0,00	-902.204,68	-4,63
Receitas Primárias ( I )	18.654.400,00	0,00	18.383.348,61	0,00	-271.051,39	-1,45
Despesa Total	19.500.000,00	0,00	18.854.036,13	0,00	-645.963,87	-3,31
Despesas Primárias ( II )	19.413.000,00	0,00	18.741.846,06	0,00	-671.153,94	-3,46
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	-758.600,00	0,00	-358.497,45	0,00	400.102,55	-52,74
Resultado Nominal	-220.000,00	0,00	633.724,33	0,00	853.724,33	-388,06
Dívida Pública Consolidada	80.000,00	0,00	692.827,08	0,00	612.827,08	766,03
Dívida Consolidada Líquida	-625.000,00	0,00	674.243,23	0,00	1.299.243,23	-207,88

PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - EXERCÍCIO DE 2017 ( EM REAIS )

VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO
573.661.000.000,00	573.661.000.000,00



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

#### DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES 2019

AMF - Demonstrativo 3 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso II )

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	17.500.000,00	19.500.000,00	11,43	24.000.000,00	23,08	24.500.000,00	2,08	25.000.000,00	2,04	26.000.000,00	4,00
Receitas Primárias ( I )	17.459.500,00	18.654.400,00	6,84	22.940.000,00	22,97	23.945.000,00	4,38	24.944.000,00	4,17	25.942.000,00	4,00
Despesa Total	17.500.000,00	19.500.000,00	11,43	24.000.000,00	23,08	24.500.000,00	2,08	25.000.000,00	2,04	26.000.000,00	4,00
Despesas Primárias ( II )	17.320.000,00	19.413.000,00	12,08	23.838.450,00	22,80	24.350.000,00	2,15	24.850.000,00	2,05	25.850.000,00	4,02
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	139.500,00	-758.600,00	-643,80	-898.450,00	18,44	-405.000,00	-54,92	94.000,00	-123,21	92.000,00	-2,13
Resultado Nominal	-496.500,00	-220.000,00	-55,69	-130.000,00	-40,91	698.000,00	-636,92	-110.000,00	-115,76	-41.000,00	-62,73
Dívida Pública Consolidada	100.000,00	80.000,00	-20,00	50.000,00	-37,50	600.000,00	1.100,00	550.000,00	-8,33	500.000,00	-9,09
Dívida Consolidada Líquida	-405.000,00	-625.000,00	54,32	-755.000,00	20,80	-57.000,00	-92,45	-167.000,00	192,98	-208.000,00	24,55

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	18.673.777,50	20.221.500,00	8,29	24.000.000,00	18,69	23.503.453,57	-2,07	22.841.062,75	-2,82	22.841.062,75	0,00
Receitas Primárias ( I )	18.630.561,04	19.344.612,80	3,83	22.940.000,00	18,59	22.971.028,40	0,14	22.789.898,77	-0,79	22.790.109,61	0,00
Despesa Total	18.673.777,50	20.221.500,00	8,29	24.000.000,00	18,69	23.503.453,57	-2,07	22.841.062,75	-2,82	22.841.062,75	0,00
Despesas Primárias ( II )	18.481.704,36	20.131.281,00	8,93	23.838.450,00	18,41	23.359.554,87	-2,01	22.704.016,37	-2,81	22.709.287,39	0,02
Resultado Primário ( III ) = ( I - II )	148.856,68	-786.668,20	-628,47	-898.450,00	14,21	-388.526,48	-56,76	85.882,40	-122,10	80.822,22	-5,89
Resultado Nominal	-529.801,74	-228.140,00	-56,94	-130.000,00	-43,02	669.608,60	-615,08	-100.500,68	-115,01	-36.018,60	-64,16
Dívida Pública Consolidada	106.707,30	82.960,00	-22,25	50.000,00	-39,73	575.594,78	1.051,19	502.503,38	-12,70	439.251,21	-12,59
Dívida Consolidada Líquida	-432.164,57	-648.125,00	49,97	-755.000,00	16,49	-54.681,50	-92,76	-152.578,30	179,03	-182.728,50	19,76

ÍNDICES DE INFLAÇÃO ( EM % )					
2016	2017	2018	2019	2020	2021
6,29	2,90	3,70	4,24	5,00	4,00



# MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2019

AMF - Demonstrativo 4 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III )

Valores em R\$1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	%	2016	%	2015	%
Patrimônio / Capital	14.030.898,29	100,00	13.866.576,66	100,00	11.898.229,72	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	14.030.898,29	100,00	13.866.576,66	100,00	11.898.229,72	100,00



# MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

## CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2019

AMF - Demonstrativo 5 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III )

Valores em R\$1,00

RECEITAS REALIZADAS	2017 ( a )	2016 ( b )	2015 ( c )
RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE ATIVOS ( I )	168.718,64	153.333,01	227.623,64
Alienação de bens Móveis	168.718,64	82.233,01	227.623,64
Alienação de bens Imóveis	0,00	71.100,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2017 ( d )	2016 ( e )	2015 ( f )
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS ( II )	45.177,07	151.970,66	266.215,91
Despesas de Capital	45.177,07	151.970,66	266.215,91
Investimentos	45.177,07	151.970,66	266.215,91
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2017 ( g ) = ( Ia - IId + IIIh )	2016 ( h ) = ( Ib - ILe + IIIi )	2015 ( i ) = ( Ic - IIIf )
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR ( III )	1.362,35	0,00	38.592,27
VALOR ( IV ) = ( I - II + III )	124.903,92	1.362,35	0,00



# MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

## CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

### DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

Valores em R\$1,00

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

EVENTOS	Valor Previsto para 2019
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

EVENTOS	Valor Previsto para 2019
SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I )	0,00
MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )	0,00
SALDO UTILIZADO ( IV )	0,00
MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )	0,00

# ANEXO DE RISCOS FISCAIS



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2019

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$1,00

#### CAMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assuncao de Passivos	0,00		0,00
Assistencias Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustracao de Arrecadacao	0,00		0,00
Restituicao de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepancia de Projecoos	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>

#### PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	10.000,00		10.000,00
Ocorrência de sentenças judiciais (RPV) transitadas em julgado e que não estejam incluídas na proposta orçamentária.	10.000,00	Redução de Despesas	10.000,00
Dividas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assuncao de Passivos	0,00		0,00
Assistencias Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	10.000,00		10.000,00
Ocorrências de enchentes em bairros do município.	10.000,00	Redução de Despesas	10.000,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>20.000,00</b>		<b>20.000,00</b>



**MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA**

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS  
2019**

<b>DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS</b>		<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>
Frustracao de Arrecadacao	0,00		0,00
Restituicao de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepancia de Projecoos	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUB-TOTAL	0,00		0,00
TOTAL	20.000,00		20.000,00

# METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

PROGRAMA: 0003 UNIVERSALIZACAO DA SAUDE PUBLICA

OBJETIVO: AMPLIAR A OFERTA E A QUALIDADE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA COM ACOES DE PROMOCAO, PREVENCAO E ASSISTENCIA A SAUDE DA FAMILIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.030	CONST/REFORMA/AMPLIACAO PREDIOS SAUDE	PREDIO	1,00	PREDIOS SAUDE CONSTRUIDOS/REFORMADOS/AMPLIADOS

PROGRAMA: 0005 UNIVERSALIZACAO DO ENSINO FUNDAMENTAL

OBJETIVO: AMPLIAR OS NIVEIS DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL A PARTIR DE ACOES QUE PROMOVAM A AQUISICAO DE CONHECIMENTOS, HABILIDADES E NOVOS VALORES

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.004	CONST/REFORMA/AMPLIACOES PREDIOS ESCOLARES	PREDIOS ESCOLARES	3,00	PREDIOS ESCOLARES CONSTRUIDOS/REFORMADOS

PROGRAMA: 0010 PROGRAMA DE SERVICOS URBANOS

OBJETIVO: ELEVAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULACAO DO MUNICIPIO, ATRAVES DA IMPLANTACAO DE UM CONJUNTO DE ACOESQUE VISAM A PRESTACAO DE SERVICOS A POPULACAO COM QUALIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META	RESULTADO ESPERADO
1.016	CALCAMENTO/PAVIMENTACAO DE VIAS	%	0,00	VIAS CALCADAS/PAVIMENTADAS
1.057	CONSTRUCAO/AMPLIACAO ARQUIVO MUNICIPAL	PREDIOS	0,00	PREDIO CONSTRUIDO

# MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019

#### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
RECEITAS CORRENTES ( I )	15.603.093,43	17.808.034,55	14,13	22.100.000,00	24,10	23.270.000,00	5,29	24.350.000,00	4,64	25.320.000,00	3,98
Receita Tributária	1.112.643,40	1.453.987,79	30,68	2.505.000,00	72,28	2.012.000,00	-19,68	2.187.400,00	8,72	2.228.400,00	1,87
Receita de Impostos	991.611,58	1.304.538,26	31,56	2.275.000,00	74,39	1.813.500,00	-20,29	1.983.400,00	9,37	2.021.400,00	1,92
Taxas	121.031,82	149.449,53	23,48	227.000,00	51,89	195.500,00	-13,88	201.000,00	2,81	204.000,00	1,49
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	-100,00	3.000,00	-100,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00
Receita de Contribuições	328.262,74	324.135,69	-1,26	340.000,00	4,89	340.000,00	0,00	350.000,00	2,94	350.000,00	0,00
Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	328.262,74	324.135,69	-1,26	340.000,00	4,89	340.000,00	0,00	350.000,00	2,94	350.000,00	0,00
Receitas Patrimoniais	77.794,13	111.968,96	43,93	230.000,00	105,41	215.000,00	-6,52	216.000,00	0,47	228.000,00	5,56
Receitas Imobiliárias	24.068,93	66.022,25	174,30	150.000,00	127,20	150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	160.000,00	6,67
Receitas de Valores Mobiliários	53.725,20	45.946,71	-14,48	60.000,00	30,59	55.000,00	-8,33	56.000,00	1,82	58.000,00	3,57
Juros de Títulos de Renda	0,00	0,00	-100,00	60.000,00	-100,00	55.000,00	-8,33	56.000,00	1,82	58.000,00	3,57
Remuneração de Depósitos Bancários	53.725,20	45.946,71	-14,48	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	-100,00	20.000,00	-100,00	10.000,00	-50,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00
Receita de Serviços	157.668,05	201.404,33	27,74	370.000,00	83,71	380.000,00	2,70	400.000,00	5,26	411.000,00	2,75
Transferências Correntes	13.314.458,65	15.372.151,98	15,45	18.649.000,00	21,32	20.320.000,00	8,96	21.193.600,00	4,30	22.099.600,00	4,27
Transferências Intergovernamentais	15.532.236,01	18.042.577,35	16,16	21.820.000,00	20,94	23.832.000,00	9,22	24.758.000,00	3,89	25.787.000,00	4,16
Deduções do FUNDEB	-2.217.777,36	-2.670.425,37	20,41	-3.171.000,00	18,75	-3.512.000,00	10,75	-3.564.400,00	1,49	-3.687.400,00	3,45
Outras Receitas Correntes	612.266,46	344.385,80	-43,75	6.000,00	-98,26	3.000,00	-50,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL ( II )	1.133.364,20	789.760,77	-30,32	1.900.000,00	140,58	1.230.000,00	-35,26	650.000,00	-47,15	680.000,00	4,62
Operações de Crédito	0,00	0,00	-100,00	1.000.000,00	-100,00	500.000,00	-50,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	-100,00	1.000.000,00	-100,00	500.000,00	-50,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Alienação de Ativos	153.200,00	168.500,00	9,99	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Alienação de Bens Móveis	82.100,00	168.500,00	105,24	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Alienação de Bens Imóveis	71.100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Transferências de Capital	980.164,20	621.260,77	-36,62	900.000,00	44,87	730.000,00	-18,89	650.000,00	-10,96	680.000,00	4,62
OUTRAS DEDUÇÕES ( III )	-60.322,68	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
TOTAL ( IV ) = ( I ) + ( II ) - ( III )	16.676.134,95	18.597.795,32	11,52	24.000.000,00	29,05	24.500.000,00	2,08	25.000.000,00	2,04	26.000.000,00	4,00



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### MEMÓRIA DE CÁLCULO

**Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**

**Receita: IRRF do Trabalho - Principal**

#### DESCRIÇÃO

Cálculo realizado com base nos exercícios anteriores, levando em conta o crescimento da folha de pagamento.

**Receita: IRRF Outros Rendimentos - Principal**

#### DESCRIÇÃO

Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

**Receita: IPTU - Imp Prop. Predial Territ Urbana-Principal**

#### DESCRIÇÃO

Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

**Receita: IPTU - Multas e Juros**

#### DESCRIÇÃO

Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

**Receita: IPTU - Dívida Ativa**

#### DESCRIÇÃO

Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

**Receita: IPTU - Multas e Juros da Dívida Ativa**

#### DESCRIÇÃO

Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

**Receita: ITBI - Principal**

#### DESCRIÇÃO

Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

**Receita: ITBI - Multas e Juros**

#### DESCRIÇÃO

Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

**Receita: ITBI - Dívida Ativa**

#### DESCRIÇÃO

Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### Receita: ITBI - Multas e Juros da Divida Ativa

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: ISSQN - Principal

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: ISSQN - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: ISSQN - Divida Ativa

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: ISSQN - Multas e Juros da Divida Ativa

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxa Lic.Func.Estab. Comerc.Ind. e Prest. Servicos

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxa de Licenca para Execucao de Obra

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxa Linc. Func. Comercio Eventual e Ambulante

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxa de Servicos Cadastrais

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### Receita: Taxas Inspecao Cont. Fiscaliz. - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxas Inspecao Cont. Fiscaliz. - Divida Ativa

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxas Insp. Cont. Fisc. - Multas e Juros Div Ativa

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxa de Cemiterio

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxa de Limpeza Publica

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxa de Conservacao de Calçamento

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxa de Coleta de Lixo

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxa de Expediente e Emolumentos

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxas p/ Prestacao de Servicos - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### Receita: Taxas p/ Prestacao de Servicos - Divida Ativa

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Taxas p/ Prest. de Serv. - Multas e Juros D. Ativa

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Cont. Paviment. Obras Complem. - Principal

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Cont. p/ Custeio Serv. Ilumin. Publica - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Aluguéis e Arrendamentos - Principal

DESCRIÇÃO
Valores estimados com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Outros Rec. Nao Vinculados

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FUNDEB

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - CIDE

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FNAS

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - BLINV

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FES

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - MULTRA

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FEAS

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - PTE

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - CONVED

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - QESE

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - PNAE

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - PNTE

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - FNDE

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - P.VIAS

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Remun. Dep. Bancarios Rec. Vinculados - BLATB

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Aluguel de Maquinas e Implementos Agricolas

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na evolução da arrecadação nos últimos exercícios.

#### Receita: Servicos de Agua - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Servicos de Agua - Multas e Juros

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Servicos de Agua - Divida Ativa

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Servicos de Agua - Multas e Juros Divida Ativa

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### Receita: Cota-Parte do FPM 1% Cota Dezembro - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Cota-Parte do FPM 1% Cota Julho - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Cota-Parte do ITR - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Cota-parte da CFEM - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Cota-Parte do FEP - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Transf. Recursos do SUS Bloco Atencao Basica

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Transf SUS BI At Media/Alta Comp. Amb Hospitalar

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Transf. Recursos SUS Bloco Vigilancia em Saude

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Transf. Recursos SUS Bloco Assist. Farmaceutica

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### Receita: Transferencias de Recursos do FNAS - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Transferencias do Salario-Educacao - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Transf Diretas do FNDE ref ao PNAE - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Transf Diretas do FNDE ref ao PNATE - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Outras Transferencias Diretas do FNDE - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Transf Financeira ICMS Desoneracao - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Outras Transferencias da Uniao - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Cota-Parte do ICMS - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Cota-Parte do IPVA - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### Receita: Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Cota-Parte da CIDE - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Tran.Rec Est Prog Saud/Rep Fundo a Fundo-Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Transf. Estado P/ Programa de Transp. Escolar PTE

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Transf. Rec. Fundo Estadual Assist. Social (FEAS)

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Transferencias de Recursos do FUNDEB - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores, considerando possíveis alterações de alíquotas.

#### Receita: Multas Prev em Legislação Específica - Principal

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Outras Receitas

DESCRIÇÃO
O cálculo desta receita foi realizado com base na arrecadação de exercícios anteriores.

#### Receita: Op Crédito Contratuais-Mercado Interno - Principal

DESCRIÇÃO
Operação de crédito prevista para os próximos exercícios.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 ANEXO DE METAS FISCAIS CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 10 - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### Receita: Transf. Recursos do SUS - Principal

DESCRIÇÃO
Transferências previstas para os próximos exercícios.

#### Receita: Transf. Rec. Dest. Prog. de Educacao - Principal

DESCRIÇÃO
Transferências previstas para os próximos exercícios.

#### Receita: Convenio p/ Calcamento/Pavimentacao de Vias

DESCRIÇÃO
Convênio previsto para os próximos exercícios.

#### Receita: Transf. de Rec. Dest. a Prog. Educacao - Principal

DESCRIÇÃO
Transferências previstas para os próximos exercícios.

#### Receita: Convenio Aquisicao de Veiculos para Saude

DESCRIÇÃO
Convênio previsto para os próximos exercícios.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

### DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
DESPESAS CORRENTES ( I )	13.516.444,89	16.709.622,50	23,62	18.307.227,07	9,56	18.765.000,00	2,50	19.128.000,00	1,93	19.900.000,00	4,04
Pessoal e Encargos Sociais	7.598.441,25	8.629.013,05	13,56	10.019.145,09	16,11	10.465.000,00	4,45	10.608.000,00	1,37	11.070.000,00	4,36
Juros e Encargos da Dívida	37.797,08	8.761,86	-76,82	33.000,00	276,63	20.000,00	-39,39	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.880.206,56	8.071.847,59	37,27	8.255.081,98	2,27	8.280.000,00	0,30	8.500.000,00	2,66	8.810.000,00	3,65
DESPESAS DE CAPITAL ( II )	2.543.699,95	2.144.413,63	-15,70	5.682.772,93	165,00	5.725.000,00	0,74	5.862.000,00	2,39	6.090.000,00	3,89
Investimentos	2.415.827,06	2.040.985,42	-15,52	5.554.222,93	172,13	5.595.000,00	0,73	5.732.000,00	2,45	5.960.000,00	3,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
Amortização de Dívida	127.872,89	103.428,21	-19,12	128.550,00	24,29	130.000,00	1,13	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00
RESERVAS ( III )	0,00	0,00	-100,00	10.000,00	-100,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	-100,00	10.000,00	-100,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00	0,00	-100,00
DESPESA TOTAL	16.060.144,84	18.854.036,13	17,40	24.000.000,00	27,29	24.500.000,00	2,08	25.000.000,00	2,04	26.000.000,00	4,00

#### MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DESPESA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

Descrição: Despesas com Juros e Encargos

#### DESCRIÇÃO

Estimativa de valores para pagamento de despesas com amortizações de dívida contratada.

Descrição: Despesas com Amortização de Dívida

#### DESCRIÇÃO

Estimativa de valores para pagamento de despesas com amortizações de dívida contratada.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### Descrição: Pessoal e Encargos Sociais

DESCRIÇÃO
Previsão de pagamento do funcionalismo e encargos sociais para os próximos exercícios.

#### Descrição: Outras Despesas Correntes

DESCRIÇÃO
Estimativa de despesas com base na evolução das despesa realizadas nos exercícios anteriores.

#### Descrição: Investimentos

DESCRIÇÃO
Investimentos que o município pretende realizar nos exercícios seguintes.

#### Descrição: Reservas de Contingência

DESCRIÇÃO
Estimativa para cobrir despesas decorrentes de riscos fiscais e passivos contingentes, caso ocorra, nos exercícios seguintes.

#### Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

#### Descrição: Despesas com Juros e Encargos

DESCRIÇÃO
Despesas não previstas para os exercícios seguintes.

#### Descrição: Despesas com Amortização de Dívida

DESCRIÇÃO
Despesas não previstas para os exercícios seguintes.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 11 - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### Descrição: Pessoal e Encargos Sociais

DESCRIÇÃO
Cálculo do crescimento vegetativo da folha de pagamento dos servidores da Câmara e Subsídios dos Vereadores para os próximos exercícios.

#### Descrição: Outras Despesas Correntes

DESCRIÇÃO
Despesas previstas para manutenção da Câmara Municipal nos exercícios seguintes.

#### Descrição: Investimentos

DESCRIÇÃO
Previsão de investimentos para os exercícios seguintes.

#### Descrição: Inversões Financeiras

DESCRIÇÃO
Despesas não previstas para os exercícios seguintes.



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

#### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

#### DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º, § 2º, Inciso II

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES ( I )	15.542.770,75	17.808.034,55	22.100.000,00	23.270.000,00	24.350.000,00	25.320.000,00
Receita Tributária	1.111.120,41	1.453.987,79	2.505.000,00	2.012.000,00	2.187.400,00	2.228.400,00
Receita de Contribuição	328.262,74	324.135,69	340.000,00	340.000,00	350.000,00	350.000,00
Receita Patrimonial	77.786,39	111.968,96	230.000,00	215.000,00	216.000,00	228.000,00
Aplicações Financeiras ( II )	53.717,46	45.946,71	60.000,00	55.000,00	56.000,00	58.000,00
Outras Receitas Patrimoniais	24.068,93	66.022,25	170.000,00	160.000,00	160.000,00	170.000,00
Transferências Correntes	13.255.666,70	15.372.151,98	18.649.000,00	20.320.000,00	21.193.600,00	22.099.600,00
Demais Receitas Correntes	769.934,51	545.790,13	376.000,00	383.000,00	403.000,00	414.000,00
Receitas Fiscais Correntes ( III ) = ( I - II )	15.489.053,29	17.762.087,84	22.040.000,00	23.215.000,00	24.294.000,00	25.262.000,00
RECEITAS DE CAPITAL ( IV )	1.133.364,20	789.760,77	1.900.000,00	1.230.000,00	650.000,00	680.000,00
Operações de Crédito ( V )	0,00	0,00	1.000.000,00	500.000,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos ( VII )	153.200,00	168.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	980.164,20	621.260,77	900.000,00	730.000,00	650.000,00	680.000,00
Receitas Fiscais de Capital ( VIII ) = ( IV - V - VI )	980.164,20	621.260,77	900.000,00	730.000,00	650.000,00	680.000,00
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS ( IX ) = ( III + VIII )	16.469.217,49	18.383.348,61	22.940.000,00	23.945.000,00	24.944.000,00	25.942.000,00



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019

### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

### DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso II

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DESPESAS CORRENTES ( X )	13.516.444,89	16.709.622,50	18.307.227,07	18.765.000,00	19.128.000,00	19.900.000,00
Pessoal e Encargos Sociais	7.598.441,25	8.629.013,05	10.019.145,09	10.465.000,00	10.608.000,00	11.070.000,00
Juros e Encargos da Dívida ( XI )	37.797,08	8.761,86	33.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Outras Despesas Correntes	5.880.206,56	8.071.847,59	8.255.081,98	8.280.000,00	8.500.000,00	8.810.000,00
Despesas Fiscais Correntes ( XII ) = ( X - XI )	13.478.647,81	16.700.860,64	18.274.227,07	18.745.000,00	19.108.000,00	19.880.000,00
DESPESAS DE CAPITAL ( XIII )	2.543.699,95	2.144.413,63	5.682.772,93	5.725.000,00	5.862.000,00	6.090.000,00
Investimentos	2.415.827,06	2.040.985,42	5.554.222,93	5.595.000,00	5.732.000,00	5.960.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida ( XIV )	127.872,89	103.428,21	128.550,00	130.000,00	130.000,00	130.000,00
Despesas Fiscais de Capital ( XV ) = ( XIII - XIV )	2.415.827,06	2.040.985,42	5.554.222,93	5.595.000,00	5.732.000,00	5.960.000,00
RESERVAS ( XVI )	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
Reserva Orçamentária do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
DESPESAS NAO FINANCEIRAS ( XVII ) = ( XII + XV + XVI )	15.894.474,87	18.741.846,06	23.838.450,00	24.350.000,00	24.850.000,00	25.850.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO ( IX - XVII )	574.742,62	-358.497,45	-898.450,00	-405.000,00	94.000,00	92.000,00



**MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO  
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
DEMONSTRATIVO 12 - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO**

**Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**

**Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário**

**DESCRIÇÃO**

**Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**

**Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Primário**

**DESCRIÇÃO**



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019

### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO

### DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	99.232,76	692.827,08	50.000,00	600.000,00	550.000,00	500.000,00
DEDUÇÕES ( II )	58.713,86	18.583,85	805.000,00	657.000,00	717.000,00	708.000,00
Ativo Disponível	916.880,66	991.374,29	900.000,00	800.000,00	810.000,00	800.000,00
Haveres Financeiros	68.027,59	74.390,76	5.000,00	7.000,00	7.000,00	8.000,00
( - ) Restos a Pagar Processados	926.194,39	1.047.181,20	100.000,00	150.000,00	100.000,00	100.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )	40.518,90	674.243,23	-755.000,00	-57.000,00	-167.000,00	-208.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES ( IV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS ( V )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA ( III + IV - V )	40.518,90	674.243,23	-755.000,00	-57.000,00	-167.000,00	-208.000,00
RESULTADO NOMINAL	-204.833,78	633.724,33	-1.429.243,23	698.000,00	-110.000,00	-41.000,00



**MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019  
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO  
CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
DEMONSTRATIVO 13 - RESULTADO NOMINAL E MEMÓRIA DE CÁLCULO**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL**

**Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**

**Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal**

**DESCRIÇÃO**

**Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA**

**Descrição: Memória de Cálculo do Resultado Nominal**

**DESCRIÇÃO**



## MUNICÍPIO DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2019 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DEMONSTRATIVO 14 - MONTANTE DA DÍVIDA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III

Valores em R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
DÍVIDA CONSOLIDADA ( I )	99.232,76	692.827,08	50.000,00	600.000,00	550.000,00	500.000,00
DEDUÇÕES ( II )	58.713,86	18.583,85	805.000,00	657.000,00	717.000,00	708.000,00
Ativo Disponível	916.880,66	991.374,29	900.000,00	800.000,00	810.000,00	800.000,00
Haveres Financeiros	68.027,59	74.390,76	5.000,00	7.000,00	7.000,00	8.000,00
( - ) Restos a Pagar Processados	926.194,39	1.047.181,20	100.000,00	150.000,00	100.000,00	100.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA ( III ) = ( I - II )	40.518,90	674.243,23	-755.000,00	-57.000,00	-167.000,00	-208.000,00

#### MEMÓRIA DE CÁLCULO DO MONTANTE DA DÍVIDA

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

Descrição: Dívida Consolidada

DESCRIÇÃO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA

Descrição: Dívida Consolidada

DESCRIÇÃO



Índice Geral

Relatório	Página
Mensagem da LDO	3
Projeto de Lei da LDO	5
Demonstrativo 1 - Metas Anuais	15
Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior	16
Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores	17
Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido	18
Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos	19
Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	20
Demonstrativo 9 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências	22
Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração	25
Demonstrativo 10 - Total das Receitas e Memória de Cálculo	27
Demonstrativo 11 - Total das Despesas e Memória de Cálculo	38
Demonstrativo 12 - Resultado Primário e Memória de Cálculo	41
Demonstrativo 13 - Resultado Nominal e Memória de Cálculo	44
Demonstrativo 14 - Montante da Dívida e Memória de Cálculo	46